

Pacto sinistro no Senado

No começo da tarde de quarta-feira, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) saiu do Palácio da Alvorada resolvido a afastar-se da liderança do governo no Senado até que ficasse provada a sua inocência na quebra do sigilo da votação que cassou o mandato do senador Luiz Estevão, em 28 de junho do ano passado. Antes de ir para o plenário, onde tentaria demonstrar a falsidade do relato da ex-diretora do Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) Regina Borges, que o incriminava, Arruda passou pelo gabinete do presidente da Casa, Jader Barbalho. Ali mudou de idéia. O recuo, porém, não duraria 24 horas, por ser inaceitável para o presidente Fernando Henrique.

É fácil imaginar o argumento com que Barbalho o persuadiria a manter-se na condição de líder da base governista: a sua saída abriria um precedente devastador, desencadeando pressões talvez insuportáveis para que Barbalho também se licenciasse da direção do Congresso enquanto durarem as investigações sobre os escândalos da Sudam, que o envolvem. A tentativa de manter Arruda na função foi tida como a face visível de um acordo espúrio de preservação recíproca dos políticos atolados em indícios veementes de corrupção, no caso do peemedebista Barbalho, ou de crime contra a ética parlamentar, no caso do tucano Arruda e do pefelis-

ta Antonio Carlos Magalhães, este último apontado como o mandante da violação do sistema de votação secreta da Casa.

Em 1951, Alfred Hitchcock fez um filme chamado *Strangers in a train* (*Pacto Sinistro*). É a história de dois homens que querem matar, o primeiro, a mulher, o segundo, o pai, e combinam que cada qual fará o serviço para o outro, a fim de despistar a polícia e proporcionar a ambos alibis perfeitos. O pacto sinistro que começou a ser concebido no Senado da República tem em comum com o do filme a idéia de um arranjo destinado a impedir que os culpados paguem pelo que fizeram. Ou seja, para livrar Jader Barbalho, Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda de serem processados por atentado ao decoro parlamentar – o que poderia desembocar numa tripla cassação de mandatos.

A conspiração se apoiaria, de um lado, na propalada falta de provas materiais da participação de Antonio Carlos e de Arruda na fraude do painel; de outro, na “trégua” que o político baiano daria a Barbalho, mesmo se aparecerem revelações ainda mais comprometedoras para o político paraense, à medida que forem devassados outros aspectos escabrosos das bandalhe-



ras na Sudam. No caso da quebra do sigilo do voto, os “fatos e fotos” apresentados por Arruda a fim de provar que não recebeu em sua casa a então diretora do Prodasen para ordenar-lhe o delito, em nome do senador Antonio Carlos, esbarram na reiteração minuciosa e pormenorizada das declarações já divulgadas de Regina Borges, ontem, no seu depoimento no Conselho de Ética do Senado, no qual a patética sinceridade com que reconheceu sua culpa e se redimiou dela denunciando as culpas dos senadores Arruda e Magalhães chegou a ser comovente. Não há como duvidar. Afinal, somente um gênio da ficção poderia inventar a longa e minuciosa história que contou. E a quem a mentira beneficiaria?

No que diz respeito ao senador Antonio Carlos, os fatos já sabidos falam por si, pulverizando, um a um, os desmentidos com que tentou rebatê-los. Primeiro, ele negou ter tido o encontro com os procuradores federais – o estopim do escândalo do painel. A seguir, admitiu o encontro, mas negou ter sido sua a iniciativa. Depois, quando a gravação da conversa deixou claro quem procurou o contato e para quê – aticar o Ministério Público contra o governo –, negou

ter dito as palavras fatídicas que a fita registrou, a imprensa divulgou e os peritos da Unicamp, a mesma Unicamp que identificou a violação do sistema eletrônico do Senado, reconstruíram: “Lemos a lista. (...) Eu tenho todos que votaram nele.” Agora, diante do relato da ex-funcionária, de que o senador lhe telefonou na noite de 28 de junho para agradecer a violação graças à qual pôde “ler a lista”, ele se apressou

a dizer em plenário que várias vezes ligou para ela, “para discutir problemas de trabalho”, antecipando-se, assim, à quebra do sigilo telefônico de sua interlocutora,

**Complica-se
cada vez mais
a situação dos
senadores
ACM e José
Arruda**

que deverá registrar o chamado de agradecimento pela fraude.

Podem os políticos visados querer salvar a pele por meios tão escusos quanto os que se habituaram a utilizar rotineiramente para alcançar os seus objetivos. Mas não devem contar nem com a cumplicidade do governo – como prova o afastamento de Arruda – nem com a indiferença da opinião pública. O desfecho do pacto acabará sendo sinistro para os seus participantes.